

Memórias de Velhos: Rememorando a Trajetória de Vida e a Sociabilidade nas Relações Famíliares*

*Elderly Memories: Recalling Life Trajectory and the
Sociability in Family Relationships*

Janaína Carvalho Barros
Myriam Moraes Lins de Barros

RESUMO: O artigo tem por objetivo reconstruir, a partir da visão dos idosos, as suas impressões sobre as relações de sociabilidade e solidariedade da infância à velhice. Os dados foram coletados através de dezoito relatos pessoais. Os dados revelam a ocorrência de uma série de mudanças na vida dos idosos e da família, influenciadas pelos acontecimentos socioculturais, novas regulamentações do Estado em relação à sociedade e família e novas formas de proteção social.

Palavras-chave: Velhice; Família; Memória.

ABSTRACT: *This article aims at reconstructing from the perspective of the elderly, their impressions on the sociability and solidarity relations from childhood to old age. The data were collected from eighteen personal testimonies. The data reveal the occurrence of a series of changes in lives of the elderly and their families, influenced by socio-cultural events, new regulations of the State in relation to society and family and new ways of social protection.*

Keywords: *Aging; Family; Memory.*

* O presente artigo faz parte da discussão realizada em minha tese de doutorado intitulada “Mudanças e Permanências nas relações de sociabilidade nas famílias de idosos”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social/UFRJ.

Introdução

As experiências vividas ficam inscritas na memória de cada um; a partir deste acúmulo vivenciado, dialogamos com a intenção de reconstruir e examinar seu conteúdo passado, mediado pelas experiências do presente, sem a pretensão, contudo, de estabelecer provas para confirmar ou refutar verdades.

Remamos neste sentido, contrariamente à desvalorização da experiência das pessoas idosas denunciada por Beauvoir (1990), partindo dos seus testemunhos como sujeitos de suas histórias e guardiões da experiência, haja vista que as lembranças dos idosos carregam a história de quem já viveu muito. Portanto, um porto seguro de ancoragem para a história individual e coletiva, permitindo-lhes manter o sentido de pertença e identidade (Heredia, & Casara, 2000).

O resultado dos registros das lembranças individuais que, mesmo sendo distintas em sua singularidade, demonstram pontos que se inter-relacionam, revelando a memória do grupo social a que pertencem. Nesse sentido, Halbwachs (1990) afirma que “nunca estamos sós”, reforçando que toda a lembrança, mesmo tida pelo indivíduo como única, prende-se de alguma maneira a um contexto social mais amplo.

O autor contribui significativamente para a compreensão dos quadros sociais que compõem a memória, demonstrando que esta compreende “[...] as lembranças, que são em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada” (Op. cit., p.71).

Bosi (1994) ancora-se nos estudos de Halbwachs (1990) para discutir memória e construção social, e em Lins de Barros (1987), acerca das relações geracionais, quando ambas elucidam a importância das inter-relações dos sujeitos com os grupos de convivência (família, escola, trabalho) para a reconstrução das recordações. Recordações estas que, para Halbwachs (1990), estão alojadas no inconsciente, mas acionadas pela força da interação em que cada um sabe como trabalhar a memória, pois “as marcas do caminho já estão presentes nos indivíduos” (Lins de Barros, 1987, p.76).

Assim, o ato de recordar possibilitou aos entrevistados mergulhar em outro tempo de sua vida, quando memórias e lembranças reelaboradas de experiências de vida falam no tempo e do tempo (Bosi, 1994), permitindo-nos refletir sobre suas identidades e trajetórias, haja vista que as narrativas não trouxeram apenas lembranças de

acontecimentos, reelaboraram e reconstruíram significados para suas vidas à luz do tempo presente.

Os entrevistados, ao rememorar suas trajetórias, apresentam aguçada percepção de seus próprios percursos, avaliando, ajuizando e interpretando, por meio de um processo de constante comparação entre o passado e o presente. Expressaram as vicissitudes do tempo, já que as lembranças não vivem no passado; ao contrário, precisam do tempo presente para serem reconstruídas e refletidas. E ainda descreveram planos e sonhos, ultrapassando o passado, rompendo as barreiras colocadas pelo presente, antevendo possibilidades futuras.

Nesse sentido, buscamos recuperar as relações de sociabilidade e solidariedade da infância à velhice, que não ficaram restritas às relações intrafamiliares; estenderam-se para outras relações sociais que marcaram suas memórias.

A infância: autoridade dos pais e trabalho

Os idosos entrevistados ao tratar das relações familiares apresentaram uma sequência de acontecimentos vividos ao longo do curso da vida (Lins de Barros, 1987), com transformações e adaptações, que nos remetem ao encadeamento temporal das posições sucessivas ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social (Bourdieu, 1996).

Os entrevistados deixaram evidente que a cada momento do curso de suas vidas ocuparam, simultaneamente, várias posições no campo familiar e profissional que, com o tempo, se desdobraram em vários outros campos, traçando assim a trajetória social constituída de um feixe de itinerários, permitindo descobrir a gênese e o desencadeamento das diferentes situações atravessadas pelos idosos e suas famílias nos processos pelos quais construíram suas existências.

No decorrer da construção da memória individual revivida, observamos que as narrativas dos idosos se somavam, construindo uma teia de lembranças coletivas como testemunhas das transformações histórico-culturais que rebateram no modo de ser, viver e enxergar a realidade. Assim, quando contaram as suas histórias rememoraram o vivido, ressignificando experiências, reconstruídas e repensadas, porque eles também

não são mais os mesmos, visto que sua percepção se alterou, assim como o significado que atribuem às relações sociais ao longo da vida.

No resgate de suas trajetórias, os entrevistados voltaram o olhar para o passado, reconstruindo sua história, sobretudo a partir das relações familiares, haja vista que eram os pais que organizavam a experiência de socialização a partir de regras morais e religiosas com estrutura hierárquica e conservadora em sua essência, na divisão interna do trabalho e de papéis nas relações matrimonial e filial (Moragas, 1997).

Com relação às características das famílias, estas eram extensas, organizadas em unidades de produção fundamental no processo reprodutivo, seja por meio da agricultura familiar ou no setor de serviços, nas cidades de pequeno porte do interior do país. Todos os membros da família realizavam tarefas bem definidas, sendo o resultado do trabalho voltado para satisfação das necessidades básicas da família, como mostram as narrativas abaixo:

“[...] no passado os pais decidiam tudo. Tudo era baseado nos costumes, tinha que trabalhar muito porque não tinha a renda do governo. Antigamente era a família que mandava, hoje é o governo. Meu pai e minha mãe não tiveram aposentadoria, não tiveram nada, trabalharam até o final da vida.” (Serafim)¹.

“Nossa avó criou cinco netos vendendo pão caseiro, lavando roupa pra fora. Ela morreu, eu acho que tinha uns 90 anos. O idoso fazia de tudo até morrer.” (Isaura).

A “labuta” dos pais e avós dos narradores foi lembrada como uma rotina constante na vida, seja no plantio de roças, seja no trabalho na cidade, quando realizavam serviços de pouca remuneração e reconhecimento social, em um período histórico quando a maioria não possuía qualquer tipo de proteção social (Batista, 1999), vindo estes a trabalhar até o momento em que não possuíssem mais forças físicas.

Para os entrevistados, as condições de vida de outrora eram mais difíceis, sendo corriqueiros o apoio e o acolhimento por parte de seus pais em suas propriedades, após o casamento, ajudando-os materialmente e sendo responsáveis pelos cuidados com os netos. E ainda os pais, que mantinham autonomia física até a velhice, permaneciam

¹ Com o objetivo de garantir o anonimato das pessoas idosas, utilizaram-se nomes fictícios para referir cada participante durante a exposição dos depoimentos.

sendo autoridade, principalmente para os filhos que conviviam com, ou próximo a estes, quando as suas determinações eram acatadas com resignação. Apenas quando os entrevistados adquiriam independência econômica, ou saíam para trabalhar em outras propriedades, passavam a obter relativa autonomia quanto à autoridade parental.

De acordo com os entrevistados, os relacionamentos se centravam na rede de convívio das famílias, facilitada pela proximidade geográfica, baseada nos costumes e valores marcados pelas tradições locais. As mudanças incorporadas nessas relações ocorriam de forma muito lenta, sugerindo um cotidiano rotineiro, preservado por várias gerações.

O modo de viver nas cidades de pequeno porte não se diferenciava muito do da zona rural no que se refere aos grandes quintais com plantações de muitas árvores frutíferas, hortas e criação de pequenos animais, assim como a luta pela sobrevivência com o “trabalho dos braços”, produzindo quase tudo que necessitavam para a sobrevivência familiar. Nas relações estabelecidas, seu Benedito, um dos entrevistados, relembra um cotidiano marcado por muitas trocas de bens produzidos ou adquiridos nos negócios, uma vez que no modo de viver não envolvia quase nenhuma circulação de dinheiro, contexto cujo modelo era eminentemente agrário.

Com rendimento precário e instável da família, tornava-se necessário aprender a fazer de tudo e a produzir quase tudo de que necessitavam com a utilização de técnicas rudimentares, tendo sido comum nos depoimentos a informação sobre o cultivo de uma pequena horta de fundo de quintal e a criação de frango e porcos que, associados ao acesso aos frutos do cerrado e aos peixes nos rios, favoreciam a fartura na sobrevivência familiar.

A inserção dos entrevistados nas relações de trabalho se dera desde a tenra idade por meio da linguagem e da observação dos movimentos repetidos das pessoas mais velhas, que eram os responsáveis pela transmissão da tradição e cultura, representantes da memória coletiva:

“Na fazenda a gente aprendia a fazer de tudo. Desde os dez anos eu cozinheiro [...]. Trabalhei na roça, fazia de tudo, pegava o machado e ia fazer cerca, cortava madeira, tirava lenha. Nós não parava de trabalhar, porque não podia parar.” (Cleuza).

“Nós fomos criados no trabalho, quem sabe o que é o trabalho não senta. Era ensinado a trabalhar desde que a gente se entende por

gente. Os pais não poupava filho, trabalhava desde pequeno, trabalhava direto.” (Sebastião).

Verificamos que o princípio da obrigação para com as responsabilidades da reprodução familiar perpassava a rede de sociabilidade, em que a autoridade instituída centrava-se nas figuras paterna e materna, cujos padrões morais definiam os papéis e as obrigações na família. Nesse sentido, os idosos rememoraram tanto as dificuldades para garantir a sobrevivência, como ficaram evidenciados o trabalho árduo e a vida regrada a que eram submetidos desde crianças.

Cleuza, Estela e Ciro residiam em pequenas propriedades familiares ou em terra de outrem na condição de agregados de proprietários de fazendas, sob o modelo da agricultura familiar, vivendo isolados dos vilarejos e cidades, o que os levavam a estocar o arroz e o feijão nas tulhas e o milho no paiol. Os relatos descrevem que não ficavam sem a mandioca, o melado de cana e sem fazer o sabão, lembrando, também, a procura no mato pelos pés de mamona de onde retiravam os frutos que, socados no pilão e fervidos, resultavam no óleo que era utilizado no candeeiro ou lamparina.

Outros costumes foram lembrados e em linguagem e gestos deram continuidade à conversa se reportando ao ferro de brasa que utilizavam para passar as roupas; ao café que tinham que torrar e moer para ser consumido; ao arroz socado no pilão; à cana moída no engenho para confecção de rapadura, açúcar e garapa. Referiram-se ainda, à preparação da carne de animais como de vacas, de porcos ou de caça. Em vários depoimentos foi revelado que a prática da caça fora fundamental na dieta da família, sendo esta devidamente preparada para se tornar carne de sol, linguíça e/ou serem cozidas em pedaços e guardadas na banha de porco, permitindo o consumo por vários meses.

Enfatizaram como produziam quase tudo de que necessitavam. Conforme narram Serafim, Mara, Estela e Cleuza, naqueles tempos, a locomoção para ir à cidade buscar as coisas era a cavalo, carro de boi ou canoa, demonstrando ser a viagem longa e difícil, mas quando faziam o percurso, entre os dois lugares, encontravam no trajeto muita fartura de frutos e outros alimentos oriundos da caça e pesca.

Os pequenos sitiantes, de acordo com as informações obtidas, também se articulavam com os parentes, vizinhos e comunidade em mutirões de limpeza e colheita da roça, derrubada da mata, edificação de casas, interações realizadas por meio de trocas

que favoreciam o fortalecimento dos laços comunitários e de pertencimento, diante da escassez de recursos técnicos e econômicos.

Para Estela, Ciro e Cleuza, os mutirões terminavam com momentos festivos, revestidos de ensinamentos religiosos, pois naquele modelo de trabalho solidário a obrigação é com Deus, com o dia de amanhã, por isso ninguém se recusava a ajudar.

As lembranças trouxeram a imagem de uma vida “caipira” nos termos de Antonio Cândido, em *Parceiros do Rio Bonito* (2010), em que o modo de vida rural foi marcado pelo isolamento, independência e alheamento às mudanças sociais, pela distância entre cidade e campo, e pela ausência de ações governamentais.

Segundo o autor, o modo de vida dos caipiras estruturou-se historicamente em limites mínimos intransponíveis, garantindo, de um lado, um “mínimo vital” advindo dos conhecimentos inerentes aos recursos naturais e de técnicas, cujo manejo manual garantia a obtenção da dieta alimentar por meio da agricultura de subsistência e itinerante. De outro, um “mínimo social”, cuja base era a organização de algumas ou muitas organizações familiares, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade e pela convivência que favorecia a prática de auxílio mútuo e a realização das atividades lúdico-religiosas. Para o autor, esses dois pilares foram centrais no estabelecimento de apoio para subsistência e coesão, soluções mínimas à reprodução social em um modelo de sociedade do tipo fechada.

As relações dos entrevistados com seus pais foram rememoradas a partir dos hábitos cotidianos, cujo modo se dava pelas experiências e saberes acumulados. Naquelas interações, tudo era caso de família no que se refere à forma de educação dos filhos, uma vez que as relações intrafamiliares eram baseadas predominantemente na autoridade.

“Antigamente era só olhar e olha que nós era dezessete, treze do meu pai e quatro adotados, e tudo obedecia.” (Chica).

“Os filhos tinham mais respeito pelos pais, antigamente tinha, não sei se é porque a gente tinha medo de pau [de apanhar]. Respeitava direitinho, mais como que é diferente de hoje.” (Vera).

As falas dos entrevistados acerca da autoridade dos pais encontram guarida nas reflexões anteriores, pois, ao contarem suas histórias, rememoraram acontecimentos, como a educação recebida baseada em rígidos princípios transmitidos pelos pais, envolvendo castigos corporais, regras verbais e não verbais, ou regras “silenciosas” expressas pelo corpo.

No tocante à educação formal, o sistema brasileiro de ensino configurou-se de forma elitista e desigual nos diferentes contextos históricos, acompanhando os traços da própria sociedade, cujo acesso à escola esteve, por décadas, vinculado aos interesses da burguesia, vindo as classes menos favorecidas, principalmente as oriundas do meio rural, a ter direito à educação muito recentemente, mesmo com a obrigatoriedade de o ensino fundamental público estar assegurado desde a Constituição de 1934.

Nessa mesma direção, somente a partir do governo de Getúlio Vargas ocorreram investimentos por parte do Estado em relação à política educacional, porém voltada aos interesses do desenvolvimento econômico e para as regiões mais ricas do país. Nesse sentido, na pesquisa “Idosos no Brasil: vivências desafios e expectativas na terceira idade”, Faleiros (2007) demonstra o quanto a população idosa brasileira, sobretudo a rural, foi excluída da educação formal: “Quanto maior a idade, maior o grau de iletrados, revelando-se o descaso do Estado e dos proprietários rurais na garantia de educação pública” (2007, p.161), dados reafirmados pelos censos demográficos referentes aos anos de estudo das grades etárias mais idosas.

Essa realidade repercutiu na trajetória dos narradores, conforme lembraram, pois não tiveram nenhuma ou pouca oportunidade de escolarização, sem do que aqueles que tiveram acesso a ela, aprenderam basicamente a leitura, a escrita e os cálculos matemáticos referentes à adição, subtração e multiplicação, que os favoreciam somente quanto a resolver suas necessidades cotidianas:

“[...] fiz o 4º ano primário, na época, era necessário saber as quatro operações, saber preencher uma caderneta, tava bom. Meu pai contratava professor pra dar aula pra gente em casa. Não tinha aula pública, hoje tem aula pública, tem ônibus pra pegar meninada, é tão fácil, né? [...] o professor batia de palmatória furada, punha a gente de joelho em grão de milho. Professor tinha uma liberdade danada e os pais não brigavam, achavam aquilo normal.” (João).

A procedência rural e a distância da área urbana fizeram com que os pais de seu João, por morar próximos a outras famílias, organizassem-se para arcar com o pagamento de professor particular que era rigidamente fiscalizado em relação ao conteúdo transmitido e comportamento em sala de aula:

“Eu sei ler um pouco, isso ajuda. Mas, eu fiz muitos cursos de trabalho manual e o meu pai me ensinou a mexer com injeção, fazer curativo, a trabalhar na roça, fazer sabão. Era seis irmãos e só eu de mulher, mas ele não deixava eu sem produzir, não. Até para varrer uma casa, ele fazia e perguntava: olha como eu fiz, tá bom assim? Era assim que ele ensinava.” (Bernadina).

De acordo com Dona Bernadina que frequentou pouco os bancos escolares, seus conhecimentos são resultado da socialização familiar, realizada na convivência do dia a dia, quando lhe foram transmitidos valores, crenças, comportamentos que, incorporados, garantiram a continuidade das tradições e saberes dos grupos familiares.

Os que não frequentaram a escola expressaram-se desta forma:

“Nós não sabe ler, nem escrever, mais fazemos conta de cabeça [referindo-se a ela e ao marido]. Isso nós pagamos um professor para ensina. Precisava, nós trabalhava com vendas”. (Estela).

“Não estudei nem um ano. Nós foi criada no sertão que ninguém sabia o que era uma bicicleta, carro. Ninguém sabia o que era uma professora. A educação que os pais davam era a trabalhar, ensinou nós a respeitar.” (Margarida).

A incorporação das crianças e adolescentes nas atividades do campo e a ausência de escolas rurais em muitas regiões impossibilitavam os pais de inserir os narradores na educação formal, fazendo com que a socialização dos conhecimentos e o aprendizado dos “ofícios” fossem respaldados na família. Assim, a “educação de berço”, aqui circunscrita no “corrigir”, era transmitida aos filhos por meio da experiência e/ou exemplo obtido em grande parte na vivência cotidiana na família e parentela e não nos bancos escolares.

E ainda no caso das filhas mulheres, como narra Margarida, a preocupação dos pais era com sua preparação para o casamento. Nesse sentido, Herédia e Casara (2000) afirmam que até metade do século XX havia uma tendência à maior escolarização dos homens, sendo as mulheres mais preparadas para realizar atividades manuais e lides domésticas.

Dessa forma, ao mesmo tempo em que a vida rural se revertia de solidariedade intergeracional benéfica à família, a localização desta no campo constituiu um entrave

para o acesso à educação, haja vista que esses espaços eram marcados pela precariedade social. Em caso de necessidades como tratamento médico, justiça, e até mesmo a ida à Igreja paroquial, as pessoas tinham que se deslocar para a cidade.

Confirmando esta assertiva, os narradores que vieram, ainda na infância, para a área urbana tiveram mais oportunidades educacionais, permanecendo por mais tempo na escola, conforme relata dona Chica, Vera e Benedito que concluíram a 8ª série do antigo ginásial, como se falava à época.

Os que frequentaram a escola foram unânimes nos relatos quanto aos métodos educacionais autoritários, em que os castigos corporais constituíam normas estabelecidas culturalmente, principalmente a palmatória.

Em síntese, a formação dos narradores oriundos do meio rural basicamente ocorrera pela transmissão oral realizada pelos pais, parentes e poucos vizinhos, já que o “esquecimento” do trabalhador rural por séculos no Brasil fazia com que estes vivessem segregados, alheios aos acontecimentos políticos e sociais, pelas dificuldades de comunicação, transporte e de políticas públicas que contemplassem esses trabalhadores.

As Relações de Sociabilidade construídas a partir do casamento

Nas experiências vivenciadas e lembradas em relação ao casamento, observamos que este não produziu mudança social na trajetória de vida dos narradores, na medida em que foram realizados entre pessoas que possuíam as mesmas origens sociais e econômicas. Assim, os papéis dos homens e mulheres continuaram definidos pelos costumes que marcavam o lugar de cada um dos gêneros no interior das relações e convivências, sem qualquer ruptura nas trajetórias das gerações antecedentes.

No entanto, para as mulheres, o casamento trouxe maiores responsabilidades exercendo elas um papel muito importante na manutenção das famílias, pois conjugavam os afazeres domésticos, a educação dos filhos, e ainda ajudavam o marido na manutenção econômica e na solução de problemas. Cuidavam também dos idosos e doentes, faziam partos, preparavam garrafadas e chás para banhos. Ou seja, exerciam muitas atividades em busca da segurança, sustento e proteção de seus familiares, perpetuando as longas jornadas de trabalho e elevada natalidade.

Por sua vez, a proximidade geográfica dos membros da família favorecia a manutenção de vínculos e apoio nas tarefas domésticas e no cuidado dos filhos por outras mulheres, tias e avós. Era mais recorrente que as filhas mais velhas assumissem parte das atividades domésticas das mães, relações estas caracterizadas como de solidariedade entre as gerações.

As lembranças do passado trouxeram informações e impressões de um modo de vida em que a trajetória dessas mulheres foi marcada por muitas dificuldades, aparecendo como recorrente, nas narrativas, a expressão “eram tempos difíceis”.

As narrativas das mulheres permitem-nos visualizar que as mulheres exerciam as funções definidas a partir de gênero e, ainda, participavam daquelas realizadas pelos homens, como os cuidados com pequenos animais, plantação de hortaliças e trabalho na roça, que as faziam acordar, conforme declara dona Cleuza, “antes do raiar do sol para a lida”. Contudo, eles não executavam atividades tidas como de caráter feminino a exemplo dos cuidados com a casa e filhos.

Cada aspecto rememorado pelos entrevistados ressignifica e valoriza alguns acontecimentos, entre eles a luta pela garantia da sobrevivência, as conquistas e as mudanças ocorridas no modo de viver, sendo que cada família encontrou modos singulares de enfrentar problemas semelhantes.

Mas o aspecto que apareceu com maior relevância nas falas refere-se ao processo migratório, quando doze dos dezoito idosos ouvidos descreveram o caminhar do local de origem para pequenas cidades do Estado de Mato Grosso, constituindo este um marco na vida dos entrevistados.

Ao deslocarem-se do meio rural, passaram por um novo processo de socialização com a assimilação de novas experiências e conhecimentos com vínculos sociais diferentes, ou seja, mudanças nas relações sociais como também da realidade que, até então, se apresentava conhecida e rotineira, e ainda, com custos sociais, pois venderam o pouco que tinham para recomeçar a vida em um lugar “estranho”.

Assim, migraram e/ou continuaram migrando em razão não só do avanço de um novo capitalismo no campo com a ampliação das áreas para agropecuária, mas também pelas condições de vida decorrentes da estrutura econômica e social do meio rural.

Os entrevistados tiveram dificuldade de se inserir no espaço social urbano, e esse confronto cultural campo-cidade fez com que viessem a reinterpretar e recriar seus comportamentos, mediando a vivência do antigo e do novo.

E, ainda, viver na cidade exigiu também a consciência de outro saber e de outras práticas no falar, no comportar-se e principalmente a aquisição da escrita, levando muitos a “*conviver com a escuridão*”, expressão utilizada por Ciro, Joana e Helena, tendo como alternativa confiar no outro, no estranho para pagamentos e recebimentos, devido à condição de analfabetos.

Segundo os entrevistados, a transição do modo de viver rural para o urbano fez com que esses se sentissem a princípio como “peixes fora d’água”, já que muitos dos seus valores culturais foram “soterrados ou guardados na memória”, vindo também a conviver com a “perda da fartura e abundância de alimentos do tempo da roça”.

Na cidade passaram a comprar alimentos por quilo, pagar água e energia elétrica, e, ao mesmo tempo, todos tiveram que continuar trabalhando, porque na cidade, segundo dona Cleuza, “nada se ganha ou tá no quintal, na roça, tudo precisa do dinheiro”. O fato é que, de trabalhadores rurais sem qualificação profissional e pouca ou nenhuma formação educacional, tiveram que se inserir em atividades autônomas, esporádicas e de pouca exigência de qualificação.

As condições de vida na cidade não favoreceram a perpetuação da solidariedade ocorrida no meio rural, como divisão de alimentos com os vizinhos, vindo esta a ser substituída por empréstimo decorrente do aparecimento de novos padrões econômico-sociais (Queiroz, 1973). Nesta mesma direção, a pesquisa de Antônio Cândido (2010) aponta uma “pluralidade de ajustamentos” que os camponeses “caipiras” tiveram que realizar no sentido do desenvolvimento das relações comerciais e da progressiva incorporação à esfera da cultura urbana.

Por conseguinte, as mulheres tiveram que continuar trabalhando na cidade para ajudar no sustento das famílias, permanecendo nas atividades “caseiras” tradicionalmente femininas como lavadeira, passadeira, cozinheira, trabalhos manuais e vendas, articuladas aos cuidados da casa e filhos. Portanto, assim como afirma Zaluar (1985), o trabalho da mulher aparece na condição de ajuda, mas a ausência diária e prolongada, devido à incorporação de atividades que trazem renda, não pôde implicar prejuízo das suas responsabilidades domésticas.

As mulheres que ousaram trabalhar formalmente como dona Chica e Vera, enfrentaram muitos atritos conjugais e preconceitos dos familiares, na medida em que romperam com representações não experienciadas pelas suas mães, mesmo

compatibilizando a vida laboral com as responsabilidades domésticas, formação e cuidado com os filhos.

Nesse sentido, todas as tarefas atribuídas às narradoras vieram a ser desempenhadas de acordo com a forte ideologia impregnada desde o seu nascimento, tornando estas tão conservadoras quanto os homens no tocante às relações de gênero.

Lins de Barros (1989) destaca neste sentido que a mulher idosa de hoje, no geral, está no último estágio de um *continuum* sempre ligado à esfera doméstica e do cuidado, não só porque a grande maioria não teve uma vida profissional ativa, mas também porque é este mundo interno do lar, da família e da casa a que ela está ideologicamente vinculada. Nesse cenário da família tradicional, ainda subsiste a ideia de que a mulher deve ser condicionada a assumir os papéis de esposa e mãe, colocando-os à frente de seus interesses individuais.

Nessa perspectiva, as narrativas das pessoas idosas refletem, então, a ideologia de gênero que permeou o seu processo de socialização vivenciado, favorecendo a construção das identidades de homem e mulher a partir da atribuição de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais, gerando estereótipos acerca de masculinidade e feminilidade.

Assim, todas as mulheres que se inseriram nos espaços públicos como aquelas que trabalharam como autônomas, o fizeram para complementar e até suprir a falta ou insuficiência de rendimentos dos seus maridos que trabalhavam no setor de serviços como marceneiro, pedreiro, jardineiro, pintor, motorista de ônibus e vendedor, sendo a rotatividade nas modalidades de trabalho um fenômeno recorrente na vida dos homens.

Entre os trabalhos realizados pelos homens, muitos foram influenciados pelos conhecimentos repassados pelos pais e parentes no âmbito rural, como lembra seu Ciro: “nós construía nossas casas de pau-a-pique, que eram cuidadosamente barreadas com argila branca e cobertas com folhas de palmeira e por muito tempo fui construtor de casa na cidade”. No caso de seu João, ele diz que aprendeu com um tio confeccionar móveis.

Os demais conseguiram “empreguinhos” na cidade, conforme expresso pelos narradores, com alta rotatividade, mobilidade e precariedade, decorrentes das formas de trabalho não salariais, peculiares da mão de obra desqualificada, em um período em que as exigências à inserção no mercado de trabalho não eram as mesmas da atualidade.

É possível dizer que o processo migratório alterou, significativamente, vários aspectos no modo de vida dos narradores; entretanto, permanecem marcas identitárias daquele lugar, as quais se manifestam nas diferentes relações intra e extra-familiar. Assim, no espaço urbano e especificamente nos seus lares, organizam suas vidas sedimentadas nos valores e princípios herdados dos seus pais e parentes, ensinando para seus filhos, netos e bisnetos o que lhes foi transmitido. Inclusive dona Bernadina, Cleuza, Margarida, Helena e Estela autorizaram as professoras na escola a exercerem a autoridade para com seus filhos, assim reproduzindo a ideia de hierarquia e autoridade geracional.

Entre os legados que esperam ter transmitidos para os descendentes estão os valores morais, como “honestidade, sinceridade, trabalho e brio” que esperam que reproduzam mesmo vivendo em circunstâncias adversas.

A expectativa verbalizada em relação à reprodução dos valores por parte dos filhos e netos levou os narradores a compararem a formação de hoje com a do passado, evocando que houve mudanças de comportamentos e valores, inicialmente de forma tímida com os filhos, acirrando com os netos. Aspectos que causam aos mesmos estranheza, na medida em que foram educados tendo como única autoridade pais e mães e se ressentem da interferência do Estado no tocante à regulação das formas de educação e proibição do trabalho, assim como da influência dos meios de comunicação.

Todos os entrevistados relataram que proporcionaram aos filhos mais recursos sociais que próprios tiveram e, nesse caso, há que se destacar o papel e as iniciativas das mães que, diante das dificuldades na garantia da reprodução social dos filhos, tomaram conhecimento de programas assistenciais, que ainda não eram “do seu tempo”. Portanto, a política de proteção social iniciada nos anos de 1930, de forma residual, fragmentada e clientelista (Yazbek, 2003), somente em meados da década de 1970 veio a ser buscada pelas narradoras como estratégia de superação das dificuldades vivenciadas na cidade.

As mães também lutaram para garantir a escolarização dos filhos, despendendo esforços para que houvesse mudanças do itinerário destes, ou seja, não reproduzissem as suas trajetórias de trabalhadoras analfabetas ou semi-analfabetas. Assim, mesmo sem condições de acompanhar as tarefas dos filhos, elas exigiam destes que frequentassem a escola.

Todos consideram que valeu o esforço da vinda para a cidade, pois melhoraram o destino dos filhos que trabalham com carteira assinada, sabem ler e escrever.

Contudo, o fato é que seus filhos frequentaram poucos anos de bancos escolares, pressionados pelas necessidades vivenciadas pelas famílias, ingressaram precocemente no mercado de trabalho, nos afazeres domésticos, no cuidado dos irmãos, perpetuando a prática do trabalho infantil para ajudar no orçamento familiar.

A pouca escolaridade dos filhos da maioria dos entrevistados impeliu-os a que também ocupassem vagas de posição hierárquica subordinada e de menor escala em termos de posição funcional e/ou ingressassem no mercado formal de menor remuneração. Dos treze chefes de família entrevistados somente três filhos, um em cada família, concluíram o ensino superior, enquanto nas demais a escolaridade variou entre ensino ginásial incompleto e 2ª grau completo e incompleto. Alguns optaram por cursos de curta duração, o que favoreceu o ingresso no mercado de trabalho.

Em síntese, um conjunto de fatores como a ausência, por décadas, de uma política governamental para a educação, sua fragilidade, a não acessibilidade dos entrevistados ao ensino, bem como a necessidade de permanecerem nas relações de trabalho, contribuíram para a reprodução da vulnerabilidade social, embora estes fatores não tenham sido impeditivos para a transmissão dos legados culturais e tradições.

Velhice: Tempo de Descanso e Realização de Projetos

Os narradores vivenciam a velhice como um processo natural do curso da vida, principalmente por sua condição física não estar atrelada à perda de capacidade funcional, pois assim como os velhos pesquisados por Klass e Ellen Woortmann (1999, p.138), o velho “é aquele que já não é capaz de trabalhar e manter-se como autoridade na governança de sua vida e de sua família”.

Na trajetória vivenciada pelos entrevistados, estes afirmam que, na condição de velhos, vivem melhor, se comparados a outros períodos do curso da vida, assim como da vida de seus pais, pois usufruem de alguns avanços da infra-estrutura da cidade, de equipamentos que facilitam a vida cotidiana, e de benefícios advindos da Seguridade Social que, em conjunto com os demais direitos sociais, alteraram a representação e a condição da velhice, principalmente para os pobres.

Vivenciam a velhice com muita simplicidade e sem qualquer preocupação em encobrir marcas ou rastros do tempo no corpo, haja vista que suas preocupações são

outras, particularmente as mulheres frente à sua própria história de dedicação à família e de abnegação a qualquer realização pessoal. Sua preocupação central é a manutenção da vida privada, a reprodução e a educação dos netos e os cuidados de subsistência de suas casas.

Quando fazem referência à velhice, os idosos evocaram a fé, expressando por meio de narrativas verbais ou não verbais o temor de perder a capacidade funcional, já que é o corpo autônomo que lhes permite impor-se e realizar inúmeras atividades intra e extra-familiar. Assim, para preservar a autonomia e manter-se em boas condições físicas utilizam, no dia a dia, antigos e novos hábitos, engendrados pelo aprendizado adquirido e pelas recomendações de técnicos da área de saúde.

Ou seja, paralelamente aos chás utilizados cotidianamente, estes afirmaram que se “movimentam para não se entregar à velhice”, por meio das atividades físicas oferecidas nos Grupos de Convivência, e ainda os homens realizam caminhadas, circulam pelos mercados de bicicleta em busca das promoções da semana, bem como as mulheres pela comunidade, nas vendas, visitas e na realização de inúmeras atividades domésticas.

Assim, a não ser pelas limitações peculiares desta etapa da vida, presenciamos em sua maioria velhos ativos, seja no serviço doméstico, no caso das mulheres, e ambos na permanência nas relações de trabalho informal. Nessa direção, Klass e Ellen Woortmann (1999, p.139), afirmam: “o que o velho é, depende do que ele foi ao longo de sua vida, e, particularmente dos eventos cruciais para a comunidade a que pertence”.

O tempo cronologicamente demarcado como velhice chegou para os entrevistados sem muitas rupturas ou cisão com os períodos anteriores, seja porque a aposentadoria e/ou benefício não os retiraram das relações de trabalho informal e/ou por ainda não terem vivenciado o fenômeno denominado “ninho vazio” (Camarano, & Pasinato, 2003), fazendo com que o ritmo das obrigações cotidianas com atividades direcionadas a si, à família e à comunidade, os mantenham ativos e com perspectivas, mesmo que estas sejam em relação a seus filhos, netos e bisnetos.

Dentre as múltiplas formas de representação “das velhices”, grande parte da população idosa vive sua condição de velho distante da propagada “Melhor Idade” ou “Idade de Ouro”, divulgada pelos meios de comunicação e instituições, decorrente das desigualdades socioeconômicas e culturais construídas. Cristovam Buarque (1993), nesse sentido, afirma que a desigualdade é gerada no país pela “apartação social”, na

medida em que o outro é considerado um ser expulso não só dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano.

Entre o passado e o presente, mesmo vivenciando a velhice com muitas privações, devido à ausência de acesso a bens sociais, culturais e econômicos, os narradores consideram estar vivendo o momento do “descanso” e “tranquilidade”, principalmente se comparado com outros períodos de suas vidas e da velhice de seus pais que tiveram uma trajetória de pouco acesso à proteção social. No que concerne a este aspecto, seu *Ciro* expressa “[...] *se falta força pra continuar trabalhando, você já tá encostado*”, referindo-se ao amparo assistencial.

Outro aspecto que leva as mulheres a afirmarem que o trabalho na atualidade é “mais brando” está no fato de que todas possuem eletrodomésticos que facilitam a realização das tarefas diárias; mesmo estes equipamentos sendo de menor tecnologia, sua importância é expressa assim: “*facilitam a vida*”, como descreve dona Bernadina, 70 anos: “*Velhice é o período mais folgado da vida, as coisas estão melhores do que antes [juventude]. A vida hoje é mais fácil do que antigamente, a máquina de lavar [tanquinho de bater roupa], geladeira, máquina de costura, água na torneira, ônibus na rua, isso ajuda muito*”.

Para homens e mulheres das camadas populares que viviam basicamente da força de seu trabalho desenvolvido de forma autônoma, a aposentadoria ou benefício assistencial aparece como um marco de mudança na vida e, ao mesmo tempo, uma segurança diante das privações e instabilidades constantes que permeavam suas vidas.

Dando continuidade às suas narrativas, ao se referirem aos projetos de vida, apresentaram as expectativas em consonância com as discussões de Lins de Barros (1989), ao afirmar que a velhice não impede a elaboração de projetos de vida futuros, sendo estes claramente vinculados à trajetória de vida. No entanto, os projetos vislumbrados vinculam-se muito mais à necessidade de continuar atendendo à reprodução familiar, isto é, aos seus filhos, netos e bisnetos do que em relação a si mesmas.

A educação consistiu um dos projetos de vida mencionados por quatro dos narradores, dentre eles dona Joana e Helena que, em vista do modo de vida duro de trabalho na infância na roça, não frequentaram a escola. Na velhice, afirmaram que mesmo com as mãos calejadas e enrijecidas para desenhar as letras e/ou gravar o que a professora ensina, resolveram enfrentar pela primeira vez os bancos escolares por meio

do Programa de Educação de Jovens e Adultos. Para estas senhoras, o conhecimento das letras e formação de algumas palavras têm o significado de sair da “escuridão”.

Seu João e Joaquim também retornaram à escola para concluir o 2^a grau por meio do supletivo, sendo este evento motivo de muito orgulho e exemplo deixado para os filhos e netos.

Os projetos de vida mencionados com maior ênfase foram os relacionados à continuidade nas relações de trabalho, como condição preponderante para o favorecimento da manutenção de sua identidade como trabalhador.

Como a maioria não deixou de trabalhar com a aposentadoria e/ou benefício, os planos dos entrevistados são de ampliar seus negócios, como narra Dona Chica e seu Benedito que estão pensando em comprar um carrinho de cachorro-quente ou máquina para suco, agregando este produto às vendas de bolo de arroz. Com essa mesma perspectiva, dona Helena quer aumentar suas vendas de baguncinha e, para isso, pretende financiar a compra de um carro para percorrer diferentes feiras populares da capital de Mato Grosso.

A cultura criada em torno do trabalho imprimiu, nos entrevistados, enorme significado em suas vidas, uma vez que este traz imbricadas questões objetivas e subjetivas, construídas no decorrer de suas trajetórias, aspectos também confirmados nas pesquisas realizadas por Simões (2004) e Peixoto (2004), haja vista que as pessoas idosas, por terem sido educadas para o trabalho na família e sociedade, sobrepõem este aos demais tempos da sua vida, levando-os a expressar com orgulho ao se apresentarem como trabalhadores.

Enfim, o trabalho na velhice entrecruza valores culturais incorporados, condições de saúde favoráveis, manutenção do convívio social, sentimento de utilidade que, associados aos baixos valores de benefícios previdenciários e à permanência como chefes de famílias intergeracionais, favorecem para que continuem trabalhando.

Considerações Finais

A aproximação ao objeto de estudo permitiu que conhecêssemos histórias e trajetórias de pessoas idosas chefes de famílias, cujas experiências e recordações, ao serem narradas, sofreram filtragem pelo tempo e pelo acúmulo de vivências

intermediárias, revelando o que Lins de Barros (1987) evidencia nas relações intergeracionais: que há mudanças e permanências de padrões sociais e culturais, bem como diversidades de representações sobre a família pela intersecção dos sistemas simbólicos de cada geração em particular.

Em um processo de comparação, admiração e contestação, as narrativas fazem um balanço de suas trajetórias e experiências de vida, evocando lembranças em que passado, presente e futuro se mesclavam, interagiam, imbricavam-se. Assim, nelas apareceram outras temporalidades: o tempo vivido no estado de origem e na migração, no trabalho na roça e na cidade, do sonho com uma vida melhor, da vida em família, das tristezas, das angústias, dos aprendizados, das decisões, das mudanças, dos enfrentamentos, das conquistas e da elaboração de novos projetos.

As recordações de diferentes momentos da trajetória de vida os fizeram comparar e avaliar o tempo dos seus pais, e o seu, afirmando que não esperavam viver tanto, mas que o seu tempo da velhice é diferente e melhor de outros períodos de sua vida e da velhice de seus pais, no que se refere ao acesso à infra-estrutura básica, equipamentos tecnológicos e pela ampliação de suas possibilidades de participação em diferentes grupos de convivência, religiosos, de trabalho e de educação.

Assim, a não ser pelas limitações peculiares desta etapa da vida, presenciamos, em sua maioria, velhos ativos que trazem imbricado o sentimento de cooperação, transmissão de valores e, ainda, diante da fragilidade das políticas sociais, terminam por responsabilizar-se pela proteção social dos seus filhos e netos.

As reflexões ainda apontam mudanças nas relações familiares, de forma que a conformação de um sistema de proteção social público e abrangente deve garantir maior alcance de efetivação dos direitos, e, conseqüentemente, resultados mais efetivos ao cômputo da família.

Referências

- Batista, A. (1999, nov.). Reforma do Estado: Uma Prática Histórica de Controle Social. *In: Revista Serviço Social & Sociedade*, 61, 63-90. (Ano XXI). São Paulo (SP): Cortez.
- Beauvoir, S. de. (1990). *A Velhice*. (2ª ed.). Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira.
- Bosi, E. (1994). *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. Rio de Janeiro (RJ): Campos.

- Bourdieu, P. (1996). A ilusão biográfica. In: Ferreira, M.M., & Amado, J. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro (RJ): Editora FGV.
- Buarque, C.A. (1993). *O que é apartação? A apartheid social no Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Brasiliense.
- Cândido, A. (2010). *Os Parceiros do Rio Bonito. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. (11ª ed.). Rio de Janeiro (RJ): Ouro sobre Azul.
- Camarano, A.A., & Pasinato, M.T. (2003). Apoio da população idosa: famílias ou o Estado? In: Dieter, W., & Benecker, R.N. (Orgs.). *Política Social Preventiva: desafio para o Brasil*. Rio de Janeiro (RJ): Konrad-Adenauer-Stiftung.
- Faleiros, V.P. (2007). *Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores*. Brasília (DF): Universo.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*. Beatriz Sidou, Trad.. São Paulo (SP): Centauro.
- Heredia, O.C., & Casara, M.B. (2000). *Tempos Vividos: Identidade, Memória e Cultura do Idoso*. Caxias do Sul (RS): EDUCS.
- Lins de Barros, M.M.L. (1987). *Autoridade e afeto: avós, filhos e netos na família brasileira*. Rio de Janeiro (RJ): Jorge Zahar.
- _____ (1989). *Memória e Família*. Rio de Janeiro (RJ): *Estudos históricos*, 2(3), 29-42.
- Moragas, R.M. (1997). *Gerontologia Social. Envelhecimento e Qualidade de Vida*. Nara C. Rodrigues, Trad. São Paulo (SP): Paulinas.
- Peixoto, C.E. (2004). Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: Peixoto, C.E. (Org.). *Família e Envelhecimento*, 57-84. Rio de Janeiro (RJ): FGV.
- Simões, J.A. (2004). Provedores e Militantes: imagens de homens aposentados na família e na vida pública. In: Peixoto, C.E. (Org.). *Família e Envelhecimento*, 25-56. Rio de Janeiro (RJ): FGV.
- Queiroz, M.I.P. (1973). *O Campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil*. Petrópolis (RJ): Vozes / São Paulo (SP): Ed. Universidade de São Paulo.
- Zaluar, A. (1985). *A máquina e a revolta*. São Paulo (SP): Brasiliense.
- Woortmann, K., & Ellen, F.W. (1999). Velhos Camponeses. In: *Revista Humanidades. Terceira Idade*, 46, 132-141. Brasília (DF): Editora UnB.
- Yazbek, M.C. (2003). *Classes subalternas e assistência social*. (4ª ed.). São Paulo (SP): Cortez.

Recebido em 06/10/2014

Aceito em 02/12/2014

Janaína Carvalho Barros – Assistente Social. Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Escola de Serviço Social-Universidade Federal do Rio de Janeiro. Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), pesquisadora do Grupo Trabalho e Sociabilidade do Programa de Pós-Graduação em Política Social/UFMT.

E-mail: jan-cars@hotmail.com

Myriam Moraes Lins de Barros (Orientadora) - Doutora em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Cultura Urbana, Sociabilidade e Identidade Social - NUSIS (Diretório de Pesquisa do CNPq).

E-mail: myriamlinsdebarros@gmail.com